

**VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE FORAM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO**

**EXPERIENCES OF WOMEN WHO WERE VICTIMS OF INTIMATE PARTNER
VIOLENCE**

Ana Laura Rodrigues de Campos

Celi de Fátima de la Cruz

Gustavo Ribeiro Segato

Orientadora: Mayara Colleti

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada por parceiro íntimo, analisando as repercussões físicas, psicológicas e sociais, além da influência da transgeracionalidade e das redes de apoio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 7.502.370, CAAE nº 86891425.7.0000.5378). Participaram cinco mulheres, com idades entre 36 e 54 anos, selecionadas por meio da técnica “bola de neve”. Foram utilizados formulário sociodemográfico, roteiro de entrevista semiestruturada, genograma, ecomapa e diário de campo. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra para a análise temática. Os resultados foram apresentados em três eixos temáticos: Vivências da violência e repercussões físicas, sociais e psicológicas; Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal e Influência da Rede de Apoio: Fator de Proteção e Risco. Os resultados apontaram que as participantes vivenciaram múltiplas formas de violência, cujos efeitos se entrelaçaram e geraram impactos profundos sobre a saúde mental e emocional. Observou-se que, mesmo com autonomia financeira, fatores afetivos e simbólicos contribuíram para a permanência em vínculos abusivos. A análise evidenciou ainda a reprodução de padrões de violência entre gerações, embora tais repetições possam ser ressignificadas com apoio psicossocial. As redes de apoio mostraram-se determinantes no enfrentamento ou na manutenção da violência, podendo atuar como fator de proteção ou risco. Conclui-se que a violência de gênero é um fenômeno complexo, sustentado por desigualdades estruturais e culturais, exigindo intervenções intersetoriais e práticas psicológicas comprometidas com a equidade e a emancipação feminina.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

Palavras-chave: Violência de gênero. Parceiro íntimo. Transgeracionalidade. Rede de apoio.

ABSTRACT

This study was intended to understand the experiences of women who were victims of Intimate Partner Violence (IPV) by analyzing the physical, psychological, and social repercussions, as well as the influence of intergenerational behavior and support networks. This is a qualitative, exploratory, and descriptive research approved by the Research Ethics Committee (Opinion No. 7.502.370, CAAE No. 86891425.7.0000.5378). Five women, aged 36 to 54, participated after being selected via the “snowball” sampling technique. In the study, a sociodemographic questionnaire, semi-structured interview script, genogram, ecomap, and field notes were used. The interviews were audio-recorded and subsequently transcribed in full for thematic analysis. The results were presented in three thematic axis: (1) Violent Experiences and their Physical, Social, and Psychological Repercussions; (2) Generational Violence in Marital Relationships; and (3) Influence of the Support Network: Protective and Risk Factors. The results indicated that the participants experienced multiple forms of violence, whose effects intertwined and had profound impacts on their mental and emotional health. It was observed that, even with financial independence, affective and symbolic factors contributed to their remaining in abusive relationships. The analysis also showed the reproduction of intergenerational patterns of violence, although such repetitions can be redefined with psychosocial aid. Support networks were found to be decisive in either confronting or maintaining the violent circumstances, acting as either protective or risk factors. The conclusion is that gender-based violence is a complex phenomenon perpetuated by structural and cultural inequalities, which requires intersectoral interventions and psychological practices committed to equity and women's empowerment.

Keywords: Gender-based violence. Intimate partner. Intergenerational transmission. Support networks.

INTRODUÇÃO

A violência conjugal contra a mulher configura-se como uma expressão de relacionamento abusivo, caracterizado pela presença de diferentes formas de agressão praticadas pelo parceiro íntimo (Costa; Zibenberg, 2023). Entre essas formas estão: a violência física, que compromete a integridade e a saúde corporal; a violência sexual, que nega o direito da mulher ao controle sobre sua sexualidade e reprodução; a violência moral, manifestada em difamações, calúnias e injúrias; a violência psicológica, que busca controlar, humilhar, constranger e reduzir a autoestima e o potencial da vítima; e a violência patrimonial, relacionada à retenção, destruição ou apropriação de bens materiais, virtuais ou financeiros (Brasil, 2006).

A compreensão desse fenômeno exige também a análise de seus aspectos históricos, sociais e culturais, especialmente no que tange ao patriarcado. O patriarcalismo pode ser entendido como um sistema político e cultural que sustenta a opressão de gênero, legitimando o domínio masculino e naturalizando desigualdades estruturais. Essa ideologia, ao longo da história, influenciou a construção de discursos e normas que favoreceram os homens e contribuíram para a perpetuação da violência contra a mulher como mecanismo de controle. Nessa perspectiva, a violência contra a mulher deve ser compreendida como violência de gênero, pois decorre de uma lógica social que impõe padrões normativos sobre o feminino. A divisão binária e rígida dos papéis de gênero, reproduzida por instituições e normas sociais, contribui para a marginalização e o rechaço de mulheres que não se enquadram nesses padrões (Burckhart, 2017).

Além da dimensão cultural, deve-se ressaltar fatores estruturais que contribuem para a permanência de mulheres em relações violentas, como vulnerabilidade socioeconômica, baixa escolaridade, desconhecimento de direitos e políticas públicas, além da carência de afetos e redes de apoio. A isso, somam-se a negligência institucional, o despreparo de profissionais e a baixa efetividade das medidas protetivas, fatores que levam muitas mulheres a não denunciarem homens que cometem agressões por medo de represálias ou agravamento da violência (Maia; Maia; Matos, 2023). Soma-se ainda a influência transgeracional, em que a vivência de violências familiares anteriores pode naturalizar práticas abusivas e contribuir para a reprodução de ciclos de violência (Colossi; Falcke; Marasca, 2015).

Diante disso, destaca-se o papel do movimento feminista na visibilidade da violência contra a mulher e na crítica às estruturas de dominação de gênero presentes tanto no espaço público quanto privado, bem como em instituições legislativas e jurídicas (Bandeira, 2009). Nesse mesmo sentido, o Conselho Federal de Psicologia (2013), por meio do CREPOP (Centro

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas), elaborou referências técnicas que orientam a atuação de psicólogos em situações de violência, ressaltando a necessidade de uma prática ética, crítica e transformadora no âmbito das políticas públicas voltadas às mulheres. Assim, o psicólogo, inserido em equipes multiprofissionais, exerce função essencial na desconstrução de lógicas deterministas e na valorização da singularidade de cada sujeito, além de contribuir para a ampliação do debate sobre a violência contra a mulher. A atuação qualificada desse profissional não apenas promove assistência direta às vítimas, mas também fortalece práticas institucionais comprometidas com a transformação das condições estruturais, políticas, históricas e sociais que sustentam a violência de gênero (Cantares; Guzzo, 2022).

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo compreender as vivências de mulheres que sofreram violência perpetrada pelo parceiro íntimo, no que tange as questões transgeracionais; repercussões físicas, sociais e psicológicas da violência; mapeamento da existência de fatores de risco e de proteção na história familiar e pessoal das mulheres.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo e de corte transversal, sendo sustentado pela abordagem qualitativa de pesquisa. Tal estudo, conduzido conforme as condutas éticas prescritas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEPBM), nº do parecer 7.502.370, com CAAE nº 86891425.7.0000.5378. Em relação à validade do estudo qualitativo, foram atendidos os itens do protocolo COREQ (*Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research*).

O acesso às participantes ocorreu por meio da divulgação do estudo nas redes sociais dos pesquisadores e pela utilização da técnica “bola de neve”, na qual mulheres que já haviam participado ou que possuíam vínculo com os pesquisadores indicaram novas possíveis participantes. Como critérios de inclusão, foram convidadas mulheres com idade igual ou superior a 18 anos, que tivessem vivenciado um relacionamento marcado por violência perpetrada pelo parceiro íntimo, independentemente da formalização legal dessa relação. O critério de exclusão estabelecido foi a não participação de mulheres que ainda estivessem em um relacionamento permeado por violência do parceiro íntimo. Não foram adotadas restrições quanto ao nível de escolaridade, classe econômica, tipo de violência sofrida ou localização geográfica. Entretanto, era necessário que a participante tivesse acesso a algum meio de comunicação virtual para integrar o estudo.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Após o processo de seleção, a amostra foi composta por 5 participantes. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: (1) formulário de dados sociodemográficos, destinado à obtenção de informações como idade, escolaridade, renda, ocupação, composição familiar e situação conjugal; (2) roteiro de entrevista semiestruturada, utilizado para realizar um levantamento detalhado das vivências da participante no relacionamento relatado, bem como sua história de vida, vínculos e rede de apoio; (3) genograma, que consiste em uma representação gráfica que descreve, avalia e mapeia os padrões e histórias familiares, contendo informações como funcionamento, estrutura e relacionamentos, trazendo várias gerações (Wendt; Crepaldi, 2008); (4) ecomapa, que consiste em uma representação gráfica que avalia as relações das participantes com o meio familiar, comunidade, estruturas sociais, olhando para os vínculos construídos e fornecendo uma visão ampliada para o contexto social, econômico, cultural em que a participante está incluída (Gomes; Vecchia, 2023); (5) diário de campo, composto por anotações complementares dos pesquisadores acerca de suas experiências e percepções durante a coleta, contribuindo para o aprofundamento da análise (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020).

A partir da disponibilidade de cada participante, foram definidos a data, o horário e o local dos encontros, que tiveram duração média de duas a três horas. A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho e setembro de 2025, sendo duas entrevistas realizadas de forma presencial e as demais em modalidade remota. Antes do início da coleta, as participantes foram esclarecidas quanto aos objetivos da pesquisa, ao procedimento das entrevistas e ao conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a concordância e assinatura do documento, todas receberam uma cópia, entregue presencialmente a duas participantes e, às demais, em formato digital.

Os registros audiogravados, juntamente com o diário de campo, compuseram o *corpus* analítico. Por meio da análise temático-reflexiva, 3 eixos temáticos foram produzidos: Vivências da violência e repercussões físicas, sociais e psicológicas; Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal e Influência da Rede de Apoio: Fator de Proteção e Risco. Por fim, a interpretação e o tratamento dos resultados foram analisados criticamente à luz da literatura disponível sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo serão apresentados em duas partes: primeiramente será realizada a caracterização das participantes em termos de nome fictício, idade, cor,

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

escolaridade, profissão, duração da vivência da violência, compondo, assim, um eixo descritivo. Posteriormente, serão apresentadas as análises conjuntas das falas das cinco participantes, de forma a expor os temas produzidos no processo analítico.

A Tabela 1, a seguir, sumariza as principais informações sobre as participantes.

Tabela 1. Descrição das participantes do estudo em relação a idade, cor, profissão, escolaridade e duração da vivência da violência.

Nome fictício	Idade	Cor	Profissão	Escolaridade	Duração da vivência da violência
Adriana	53	Branca	Jornalista / Vendedora (Publicidade)	Pós-graduação	3 anos
Ana Clara	47	Branca	Publicitária / Empreendedora	Ensino Superior Completo	3 anos e 11 anos
Aurora	43	Branca	Design Gráfico	Graduação Tecnológica Completa	8 anos
Leticia	36	Branca	Farmacêutica	Ensino Superior Completo	9 anos
Maria	54	Branca	Merendeira	Ensino Médio Completo	21 anos

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Ressalta-se que os nomes utilizados são fictícios, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas. A Tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico das participantes do estudo, composto por cinco mulheres com idades entre 36 e 54 anos. Observa-se que todas se autodeclararam de cor branca e possuem diferentes níveis de escolaridade, variando do ensino médio completo à pós-graduação. Em relação à trajetória acadêmica, nota-se que a maioria das participantes possui ensino superior completo ou formação equivalente, o que indica um grupo com nível educacional relativamente elevado.

No que se refere à vivência da violência, o tempo de duração dos relacionamentos permeados por situações de violência variou significativamente entre as participantes, indo de 3 a 21 anos. Esse dado evidencia tanto casos de curta duração quanto trajetórias marcadas por um longo histórico de exposição à violência conjugal, revelando a heterogeneidade das experiências e a complexidade dos vínculos estabelecidos.

Vivências da violência e repercussões físicas, sociais e psicológicas.

A análise dos relatos das participantes evidenciou que as experiências de violência configuram um fenômeno multifacetado, no qual diferentes formas se entrelaçam e se potencializam mutuamente. A vivência da violência tende a ocorrer de forma simultânea em

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

diversas dimensões, física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, produzindo efeitos cumulativos sobre a subjetividade das mulheres, o que contribui para a manutenção de um ciclo de sofrimento psíquico e vulnerabilidade emocional.

Ele falava mal do meu corpo, ele me diminuía, ele me menosprezava. Ele subestimava e tudo que eu fazia sempre ele criticava, mas de forma destrutiva [...] veio a violência sexual, mas continuou o assédio moral, a violência psicológica [...] ele agia de uma forma assim, como se eu fosse uma boneca, uma marionete que ele comandava [...] e várias vezes que eu ficava pensando assim [...] mas será que eu não tô cismando? Será que eu não tô exagerando? Então eu ficava nesse conflito, assim, nessa confusão mental (Ana Clara, 47 anos).

Casei com dezoito anos e fiquei presa dentro de uma casa. Não podia sair nem no portão. Não podia cortar meu cabelo, fazer minhas unhas. Podia usar uma roupa mais bonita? Não podia nada. Não podia conversar com ninguém. Aí entrei em depressão. Com dois meses de casamento, entrei em depressão. E aí foi quando eu engravidei. Resolvi engravidar, porque não queria viver sozinha. Porque ele... só ia para casa para dormir. Com dois meses de casamento, já descobri tudo isso [...] chegou num ponto de passar dificuldade em casa, de apanhar dele. Apanhei muito dele. Ele era muito agressivo verbalmente (Maria, 54 anos).

Ele ia atrás de mim, então assim, já teve vezes de ele pegar no meu pescoço e tentar me enforcar [...] pra me defender, passei a mão e arrebentei uma correntinha dele. Então, a versão foi que eu fui pra cima dele e ninguém acreditava na minha versão, ela era invalidada né. Por muitas vezes ele começava a discutir, ele acelerava o carro, ele jogava o carro e aí eu tentava sair de dentro do carro e eu era louca de tentar pular do carro [...] quando eu consegui finalmente terminar com ele, porque todas as vezes que eu tentava, ele falava que ele ia se matar, ou que eu não ia conseguir nada na vida, porque ninguém ia me querer (Letícia, 36 anos).

Dessa forma, observou-se que a exposição contínua a esse tipo de dinâmica relacional tende a fragilizar significativamente a mulher, afetando sua capacidade de discernimento e de validação da própria experiência. A manipulação psicológica exercida pelo parceiro contribui para a construção de uma percepção distorcida da realidade, dificultando a identificação das situações de violência. Em muitos casos, tais violências só se tornam plenamente reconhecíveis após o rompimento do vínculo, quando a mulher consegue distanciar-se emocionalmente do contexto abusivo. Quando a percepção ocorre ainda durante a relação, as participantes relatam sentir-se imersas em uma condição percebida como irresolúvel, marcada por sentimentos de impotência e ambivalência afetiva.

Em concordância com a cartilha divulgada pelo TJSC (2019), assim como nos estudos de Sousa e Schütz (2023), o presente estudo evidenciou que múltiplos fatores contribuem para a permanência da mulher em contextos de violência. As participantes relataram, entre os principais motivos, a esperança de uma possível mudança no comportamento do parceiro, o sentimento de vergonha e o medo de buscar ajuda, bem como a ausência de suporte familiar adequado. Somam-se a esses aspectos a sensação de fracasso e culpa pela escolha do

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

companheiro, além do temor de que o agressor cumpra ameaças de morte ou de suicídio em caso de separação. Tais elementos, em conjunto, configuram um quadro de vulnerabilidade emocional e psicológica que dificulta a ruptura do ciclo de violência e a adoção de estratégias de enfrentamento.

Além desse cenário, um levantamento realizado pelos estudos de Pereira e Sousa (2025), traz também a existência de dependência emocional, fortemente relacionada à aspectos subjetivos da mulher, especialmente sua autoimagem e autovalorização, diante da vulnerabilidade causada pela convivência com os abusos sofridos, de forma que a mulher passa a acreditar que não merece algo melhor e caracteriza o vínculo por meio de uma busca contínua por uma figura de apego, que reflete uma carência emocional interna, na qual são projetadas as suas emoções e expectativas sobre o parceiro.

Por outro lado, no aspecto de dependência financeira, diferente do que é informado na cartilha do TJSC (2019), assim como nos estudos de Sousa e Schütz (2023), todas as participantes demonstraram autonomia econômica, possuindo recursos próprios e meios de subsistência, mesmo quando obtidos durante o relacionamento. Nesse contexto, algumas mulheres relataram experiências de violência patrimonial associadas a outras formas de violência, evidenciando a natureza multifacetada e interconectada das agressões sofridas.

Ele pegou o dinheiro todo que ia entrando, ele ia guardando, ele pegou e falou que sumiu o dinheiro [...] e sem contar que ele invadiu também a festa, essa que nós trabalhamos três dias e destruiu tudo o que nós fizemos. Jogou as mesas tudo pra baixo, das comidas todas. Foi muito punk as coisas que ele fez (Aurora, 43 anos).

Acabou me deixando com algumas dívidas [...] casei grávida [...] tive que comprar todas as coisas de uma casa [...] então eu fui lá no Magazine Luiza [...] e fiz o carnê [...] eu dava o dinheiro para ele pagar o carnê. Ele não pagava. Ele falsificava o carimbo [...] só quando eu fui me separar dele [...] é que eu comecei a receber as cobranças [...] da renegociação, da cobrança [...] e aí fui um dia numa reunião, lá na loja. Quando eu cheguei lá, a gerente falou [...] a gente percebia que a assinatura era falsificada, mas a gente não tinha como chegar em você, porque ele bloqueava todos os meios [...] naquela época [...] a cobrança era na casa, e aí ele sempre impedia esse acesso (Adriana, 53 anos).

Diante disso, em estudos anteriores, pesquisas mostraram que a projeção do medo do feminino sobre a mulher, especialmente se ela fizer parte da vida emocional de um homem, faz com que esta seja percebida com um poder sufocante da qual este homem tem que se livrar por meio de agressões físicas ou boicotes sutis, como também, fazendo uso de violência patrimonial (Ramos; Rojas, 2023).

Desse modo, além dos fatores acima mencionados, se antes a mulher ficava por falta de recurso econômico, hoje ela se mantém com o parceiro por medo de uma retaliação por parte

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

dele, caso se movimente para sair da relação. Logo, quando a sua independência financeira a mobiliza para não aceitar mais as situações abusivas, a sua tentativa de libertação se depara muitas vezes com a manifestação de uma raiva intensa no homem durante o período da separação ou mesmo após algum tempo (Ramos; Rojas, 2023).

No que se refere às repercussões físicas, sociais e psicológicas, os relatos das participantes evidenciaram que essas consequências deixam marcas profundas, independentemente da duração do relacionamento abusivo ou do tempo decorrido desde a desvinculação do parceiro. Os impactos não se restringem a manifestações imediatas, mas refletem efeitos duradouros sobre a saúde física, o bem-estar emocional e a reintegração social, demonstrando a persistência das sequelas do abuso e a complexidade do processo de recuperação.

Ah, eu sempre me incomodo muito essa coisa de ter sido enganada mesmo, de ser traída (do ex-parceiro dizer ser estéril) e é assim, algo... falar de cicatriz, eu nunca culpei meu filho, porque eu acho que ele não tem culpa de nada, mas ele é a materialização da traição, né? De você acreditar que não corria um risco, né [...] eu sempre considerei filho uma coisa muito séria, né [...] e talvez se eu estivesse pensando, ah, eu vou esperar um momento pra estar preparada pra isso, talvez não tivesse acontecido naquela época. Então, eu acho que o grande impacto é literalmente essa sensação de traição mesmo (Adriana, 53 anos).

E o que mais me incomoda hoje, é ter destruído a pessoa que eu era (choro). Pessoa feliz, alegre, bonita (choro). Porque quem me conheceu nesses vinte anos de casamento, não me reconhece hoje. Não. Quando ele morreu, que eu falo para quem quiser ouvir, foi um livramento. Porque talvez se ele estivesse vivo, poderia estar com ele até hoje. E as pessoas não teriam me conhecido assim. Não. Eu renasci. Renasci. E... (Maria, 54 anos).

Não quero conhecer ninguém. Não quero relacionamento com homem nenhum mais [...] sei que tem exceções, mas não quero passar o que passei, de novo. Se amanhã ou depois vou me relacionar com uma mulher, eu não sei. Mas, assim, homens, eu... Não quero [...] só de pensar em beijar um homem... [...]. Entrar em um novo relacionamento, eu tenho um trauma profundo, eu tenho pavor de passar por situações de novo. Então, muitas vezes, que nem sempre no meu Instagram tem gente querendo me adicionar, se é homem, eu olho pra cara assim, já me dá uma raiva e eu bloqueio na hora [...] (Ana Clara, 47 anos).

Sousa e Schütz (2023) destacam que as motivações para o rompimento com a violência estão relacionadas a múltiplas experiências e vivências ao longo da trajetória de vida da mulher agredida. Esses processos geralmente se iniciam por meio de violências psicológicas e morais, que podem evoluir para agressões físicas contínuas, entre outras formas de violência, perdurando enquanto o vínculo com o agressor não é interrompido. O rompimento desse vínculo, no entanto, costuma ser marcado por resistência por parte do agressor, que, em alguns casos, envolve terceiros na dinâmica abusiva, amplificando o desgaste emocional da vítima, como exemplificado no relato de Letícia.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Quando eu finalmente consegui terminar o relacionamento, ele chorava para todo mundo [...] e todas as pessoas possíveis e imagináveis me paravam. Ai, volta com ele. Porque ele está sofrendo tanto, então, assim, aquela lavagem cerebral mesmo. Os meus pais, na época, viraram a cara comigo, porque eu terminei o relacionamento [...] na época, inclusive, até comecei a procurar casa para eu sair da casa dos meus pais, porque não aguentava essa pressão mais [...] e não conseguia falar para eles tudo o que eu tinha sofrido nesse período [...] durante várias vezes que às vezes estourava uma briga ou outra, ele conseguia reverter a situação de forma com que eu fosse culpada (Letícia, 36 anos).

Após o rompimento do vínculo e com o fechamento desse ciclo abusivo permeado por agressões diversas, Sousa e Schütz (2023) apontam que a mulher sente as suas forças comprometidas pelo adoecimento mental devido à manipulação, à humilhação e à inferiorização sofridas ao longo do relacionamento. Portanto, torna-se fundamental que as mulheres agredidas possam contar com o apoio familiar, social, comunitário e institucional que as ajudem na reconstrução e ressignificação de suas vidas, exemplificado pelo relato de Aurora.

Depois desse relacionamento abusivo [...] foi relatado em mim o TAG (Transtorno de Ansiedade Generalizada) [...] que me acarretou crise de pânico [...] cheguei a invadir sala de emergência do hospital [...] a pior crise que eu tive [...] fiquei sem comer, engasgava com a comida [...] engasguei dormindo [...] meu pai que teve que me socorrer e me ensinando a respirar, porque eu tava fora de consciência, não consegui lembrar que o ar se puxava pelo nariz [...] aí, fui regredindo [...] tive que dormir com medo, né? Dormir na cama com meu pai, com minha mãe, tive medo (Aurora, 43 anos).

Ao serem indagadas sobre o impacto psicológico sofrido pós vivência da violência, todas as participantes apontaram a questão da perda de confiança no outro, em primeiro plano, à qual relataram a dificuldade de se ressignificarem nesse aspecto. No que diz respeito à reconstrução da vida, houve diferenças entre as participantes, tendo em vista que embora haja em seus cotidianos a ausência de confiança, as participantes Adriana, Letícia e Maria conseguiram constituir novos vínculos afetivos no campo amoroso, enquanto a participante Ana Clara descarta essa possibilidade atualmente e a participante Aurora considera ser um processo em andamento.

Ao pensar nos aspectos institucionais e conforme levantado por Medtler e Cúnico (2022), apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, ainda existem casos permeados por situações que ultrapassam o alcance da Lei Maria da Penha, assim como evidenciado com as participantes do estudo em questão e expressado por elas. Dessa forma, ocorre uma dicotomia entre aquilo que é assegurado pela legislação e o que é vivenciado pelas mulheres, constatando que, apesar da existência da Lei, sua aplicabilidade ainda é falha e precisa ser aperfeiçoada, principalmente no que diz respeito a proteção da vítima e garantia de seus direitos, sendo que muitas ainda não procuram por esse suporte, por perceberem os pontos vulneráveis ao qual

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

estariam expostas ao optarem por esse caminho. Portanto, ressalta-se a importância da articulação de uma rede de cuidados acerca da mulher vítima de violência em busca do fortalecimento e da reparação dos impactos de tal violência, visto que é uma problemática que abrange os setores de segurança, saúde, educação, bem-estar social e jurídico (Medtler; Cúnico, 2022).

Vale destacar que todas as participantes concordaram quanto à importância de expressar suas experiências de violência, utilizando a fala como um meio de externalizar e aliviar parte do sofrimento acumulado ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, reconheceram que o processo de ressignificação de suas histórias de vida é singular, variando conforme o tempo e os recursos emocionais de cada mulher.

Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal.

Conforme Brum *et al.* (2021), o fenômeno da transgeracionalidade da violência se refere a um histórico familiar perpassado por relações de violência transmitidos de geração em geração e, no caso do assunto discorrido neste estudo, elas se dão no âmbito das relações conjugais dos pais tanto das mulheres, quanto dos parceiros íntimos com quem elas tiveram relacionamentos perpetrados por diversas agressões.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que indivíduos expostos a históricos familiares marcados por violência, seja por meio da observação de agressões nos relacionamentos parentais, da vivência de agressões diretas ou da presença constante de interações violentas, apresentam maior predisposição a fatores de risco que podem influenciar a maneira como experienciam seus relacionamentos futuros. Crianças e adolescentes que crescem em contextos familiares permeados por violência tendem, portanto, a reproduzir padrões relacionais semelhantes aos observados em seu núcleo familiar, perpetuando o ciclo da violência, seja na condição de vítimas ou de agressores (Brum *et al.*, 2021; Colossi; Falcke; Marasca, 2015; Costa, 2024; Rodrigues, 2024).

Ainda no que tange à transgeracionalidade da violência, destaca-se a importância das vivências tidas na família de origem, sendo este um contexto de aprendizagem para o indivíduo e que molda a forma como ele enxerga as relações. Posto isso, vivências perpetradas por históricos de violência intrafamiliar, podem gerar processos de naturalização da violência nas relações, sendo os relacionamentos violentos encarados como naturais por quem somente vivenciou esse tipo de configuração. Vale ressaltar que isso não é algo determinante, e sim

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

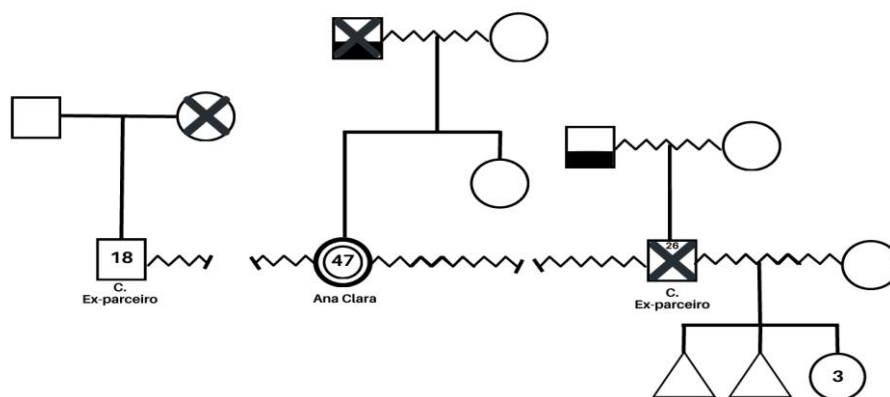
questões que se relacionam (Brum *et al.*, 2021; Colossi; Falcke; Marasca, 2015; Costa, 2024; Rodrigues, 2024).

Além disso, cabe destacar que a naturalização de violências nas relações correlaciona-se com a sua manutenção dentro dos relacionamentos íntimos, visto que além das replicações de padrões vividos e aprendidos, o ciclo da violência contribui para sua repercussão ao ter mudanças por parte do agressor na relação conjugal, como doses de carinho, presentes, promessas de mudanças e mínimas melhoras, caracterizando a fase da Lua de Mel, a última antes do ciclo da violência reiniciar (Brum *et al.*, 2021; Costa, 2024; Lucena *et al.*, 2016).

O fenômeno da transgeracionalidade da violência foi evidenciado nas experiências relatadas pelas participantes, tanto em seus contextos familiares quanto nos de seus ex-parceiros íntimos. No relato de Ana Clara, observou-se que sua mãe vivenciou um relacionamento marcado por violências com seu pai, figura que posteriormente abusou sexualmente dela aos quatro anos de idade. A participante descreveu o relacionamento parental como “horroroso”, caracterizado por violências psicológicas, verbais, traições e dependência emocional, ressaltando ainda o consumo de álcool por ambos os pais como fator agravante nos conflitos. Tais aspectos são ilustrados nas falas da participante e representados em seu genograma (Figura 1), reforçando a relevância de abordagens psicológicas que considerem a dimensão histórica e relacional da violência.

Eu [...], meio que comecei a explodir e mudar, então comecei a enfrentar meu pai e depois do abuso dos quatro anos do meu pai, recentemente eu percebi... Que os abusos sexuais, continuaram até meus onze, doze anos, porque meu pai tinha um ritual todo dia de manhã. Ele saía do banho enrolado na toalha. E eu criança, muitas vezes parava na porta do banheiro para olhar ele fazendo a barba, e ele abria a toalha e começava a mexer no pênis dele olhando para mim. E aí quando minha mãe vinha ou ia chegar perto, ele gritava comigo e falava assim, sai daqui você é menina, você não pode ficar olhando, você não está vendo que estou de toalha? (Ana Clara, 47 anos).

Figura 1. Genograma da participante Ana Clara.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

A representação evidencia a persistência de padrões abusivos e traumáticos ao longo de gerações (simbolizados pelas linhas zig-zag), o que corrobora a hipótese de transgeracionalidade da violência. Pode-se perceber ainda, por meio de falas da participante Ana Clara, como seus relacionamentos eram permeados por replicações dessa violência, como o abuso sexual e violência psicológica, algo que se assemelhava as relações tidas em seu âmbito familiar.

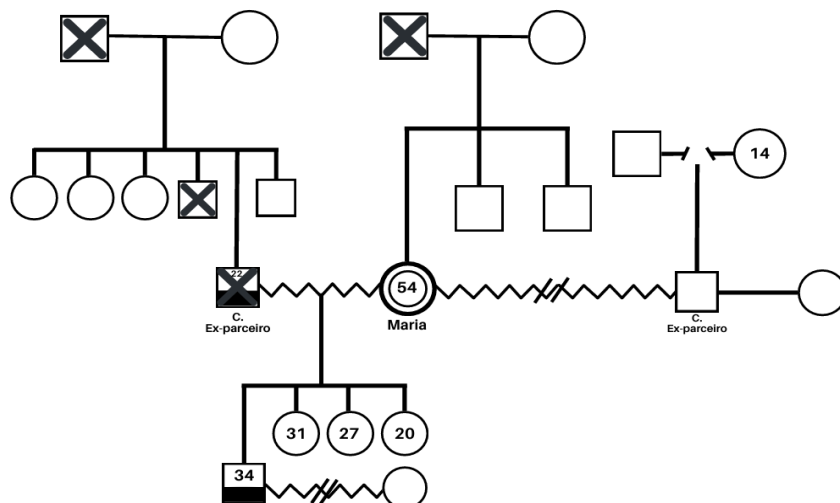
[...] Todos os namorados ou ficantes que eu escolhi na vida, eram o perfil do meu pai. E passei por coisas que minha mãe passou com ele. E... Eu falo assim, minha mãe era viciada em dor, né. E eu acho que copiei esse comportamento dela, porque eu era viciada em dor também. Achava que era aquilo ali que eu merecia (Ana Clara, 47 anos).

E esse meu primeiro namorado, [...] . Foi terrível, porque ele era alcoólatra como meu pai, abusador. Desde que conheci ele, quando eu tinha uns quatorze anos, ele... Fazia violência psicológica comigo, então, ele sempre... Chamava de gorda. Sempre ofendia com brincadeirinhas. [...] . E aí, como na época eu me odiava, então achava que era isso que eu merecia. Comecei a namorar com ele, mas... foi terrível (Ana Clara, 47 anos).

Maria relatou ter vivido, ao longo de 21 anos, um relacionamento permeado por múltiplas formas de violência, incluindo agressões físicas e psicológicas. Em seus relatos, destacou que seus filhos, em especial o primogênito, foram testemunhas frequentes das agressões sofridas no ambiente conjugal. Embora o filho mais velho tenha desempenhado inicialmente um papel protetor, defendendo-a das agressões e incentivando-a a romper o vínculo abusivo, Maria observa que ele atualmente reproduz, em seus próprios relacionamentos, comportamentos semelhantes aos do pai. Esse relato ilustra a manifestação do fenômeno da transgeracionalidade da violência, evidenciada tanto em sua fala quanto no genograma apresentado (Figura 2).

Mas aí, quando o meu filho já estava maior, ele já entrava no meio. E o que veio na minha cabeça....eu vou fingir que eu desmaiei [...]. E eu fingi que eu desmaiei. Simplesmente me joguei no chão e fiquei pra ver se ele parava de agredir meu filho. E foi só o que eu consegui fazer e o que eu consegui que ele parasse de agredir meu filho. Sabe? Meu filho é uma pessoa toda desestruturada hoje. Meu filho tem 34 anos, ele não tem. Totalmente fora da casinha. Meu filho é agressivo com as mulheres dele. Meu filho tem maria da penha, você tem noção? Eu falo para ele, eu falei... filho... tudo o que você viveu era para você não ser assim. E ele é... agressivo. Ele está com medida protetiva. Ele está sendo procurado. Meu filho se envolveu com drogas. Meu filho foi preso. [...]. Sabe, mas é tudo consequência. Você tem noção? E não adianta falar. Parece que é uma coisa que incorpora. Ele se transforma igual o pai transformava. Eu falo que a única herança que ele deixou para o filho foi essa. (Maria, 54 anos).

Figura 2. Genograma da participante Maria.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à transgeracionalidade da violência no histórico familiar do ex-parceiro, a participante Letícia relatou que o pai dele cometia agressões contra a mãe. Embora o ex-parceiro inicialmente tenha demonstrado discordância em relação às atitudes do pai, ele acabou reproduzindo padrões de violência em seu relacionamento com Letícia. Esse vínculo conjugal foi marcado por múltiplas formas de violência, sexual, física, psicológica e moral, incluindo episódios de perseguição por parte do ex-parceiro mesmo após o término da relação.

Porque eu vi coisas, por exemplo, teve uma época em que o pai dele bateu, segurou um menino pra ele bater, né? Porque o menino xingou ele, sei lá o que foi, e não deu nada pro pai dele. Porque era policial. Então, eu falei, se aconteceu isso com um menor de idade, onde todo mundo viu, muita gente viu, quem dirá comigo que isso vai ser a minha palavra contra ele? [...]. Então, até porque a cultura do pai dele, o pai dele pratica violência sobre a mãe por muito tempo. Tudo. Ele cronometra o tempo dela de ida do serviço em casa, sabe? E assim, aquilo ali pra eles era normal. É rotineiro. Então, ..., o que o filho dele fazia era normal também (Letícia, 36 anos).

E sabe o que é mais curioso? Que por muitas vezes ele não concordava com as atitudes do pai, mas ele replicava. Como pode? Você replica aquilo que você não concorda. Então, assim, era absurdo. Algumas vezes ele confrontou o pai por conta de traições, enfim, né? Então ele confrontou, mas assim, todas as atitudes que o pai tinha, ele também tinha (Letícia, 36 anos).

Tais falas trazidas acima pelas participantes do estudo e o genograma de duas delas, demonstram o fenômeno da transgeracionalidade da violência nos relacionamentos afetivos relatados. A replicação de tal fenômeno e do ciclo da violência se deu de diversas formas, desde a presença de severas violências na história familiar das mulheres participantes, a contextos familiares permeados por violências por parte do ex-parceiro, chegando ao contexto em que os filhos replicam a violência em seus relacionamentos de forma naturalizada. Junto a isso, cabe

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

destacar que as participantes relataram uma busca atual por relações que não repitam os padrões de violência que sofreram em relacionamentos anteriores e, além disso, as que possuem filhos, demonstraram forte preocupação em fazer com que seus filhos não vivenciem relacionamentos permeados por violência e não repliquem ela.

Por fim, quanto ao fenômeno da violência contra a mulher, sabemos que este é atravessado por diversos fatores que não só os familiares. Sendo assim, fatores referentes a questões sócio-históricas sobre a forma como a mulher é vista socialmente, o patriarcado e a relação de poder, os papéis sociais de gênero pré-estabelecidos, desigualdades socioeconômicas, nível de escolaridade, raça, questões culturais, dentre outras variáveis, permeiam o fenômeno da violência de gênero. Cabe ressaltar que esses fatores refletem de forma a manter e reproduzir a violência contra a mulher, incidindo sobre a violência perpetrada pelo parceiro íntimo (Burckhart, 2017; Delmoro; Vilela, 2022; Vasconcelos *et al.*, 2021).

Influência da Rede de Apoio: Fator de Proteção e Risco.

A literatura evidencia que a presença de uma rede de apoio sólida constitui um fator protetivo fundamental para mulheres vítimas de violência, contribuindo para a redução dos impactos físicos, emocionais e psicológicos da experiência traumática, além de favorecer a tomada de decisões em direção à ruptura do vínculo abusivo. Essa rede pode incluir familiares, amigos, vizinhos, profissionais de saúde e serviços especializados, atuando como fonte de suporte emocional, orientação e amparo prático. Por outro lado, a ausência ou fragilidade dessa rede potencializa os riscos associados à violência, ampliando sentimentos de isolamento, medo e dependência, e dificultando o acesso a recursos que possibilitem proteção e autonomia. Assim, a presença ou ausência de apoio social se configura como um aspecto crítico na experiência de mulheres em contextos de violência, influenciando tanto a vulnerabilidade quanto a resiliência frente à situação abusiva (Carneiro *et al.*, 2021; Gomes *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2025).

A análise das redes de apoio social e comunitária das participantes revelou que essas redes desempenharam, em determinados momentos, um papel protetivo e de suporte frente à violência vivenciada. Entretanto, também foi identificado que algumas redes apresentavam fragilidades, muitas vezes decorrentes da influência da relação abusiva do parceiro íntimo, o que comprometeu sua efetividade como fator de proteção. As falas de Letícia, destacam a religião como fonte de apoio para tentar lidar com a relação abusiva.

Sim. A questão da espiritualidade, da religião, ela sempre, na verdade, foi um grande apoio pra mim. Então... Era algo que, assim, me supria, né? Em relação... Como eu não tinha a rede de apoio, era algo que eu me mantia de pé ali, eu me apoiava na

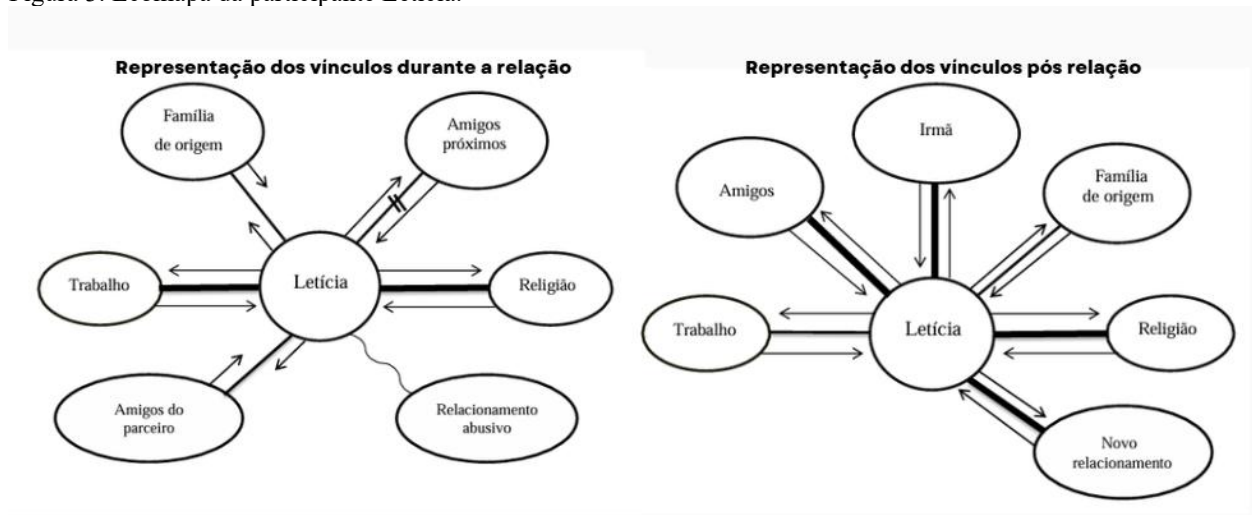
Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

religião, né?. Então, eu me afundei realmente no trabalho e até o período depois que eu terminei o relacionamento foi quando eu falei pra vocês que eu alavanquei porque eu estava num novo emprego, eu estava desempenhando uma nova função e ainda assim eu iniciei uma pós-graduação. (Letícia, 36 anos).

Santos *et al.*, (2022) destacam o suporte religioso como uma forma de rede de apoio secundária, percebida por muitas mulheres como um espaço seguro para alívio emocional, orientação, acolhimento em relação às experiências de violência e suporte espiritual. Além disso, foi identificado que o ambiente de trabalho também funcionou como uma rede de apoio, mesmo na presença do parceiro abusivo. Ademais, descrevem o vínculo laboral como uma rede de apoio secundária vinculada ao mercado, percebida pelas mulheres que sofreram violência como fonte de suporte social.

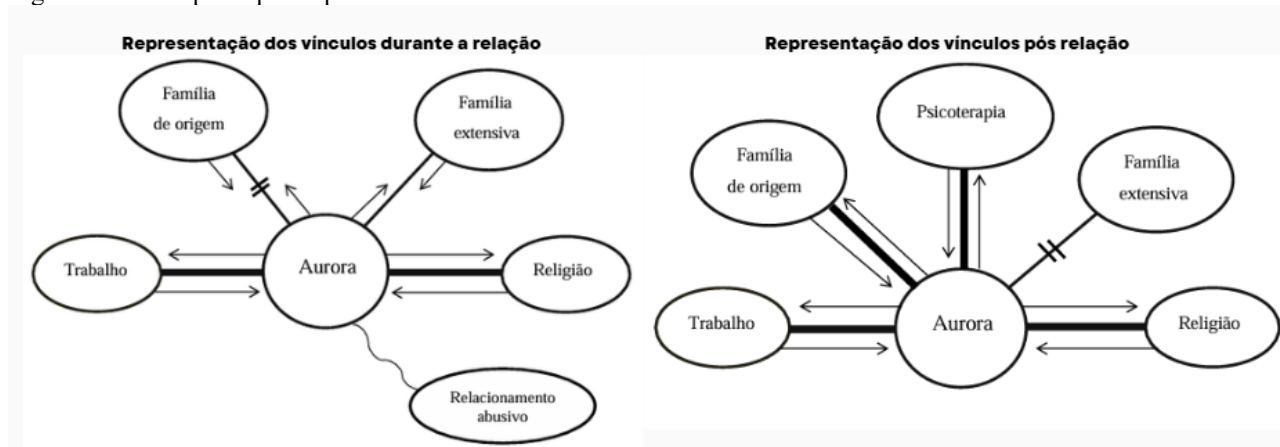
De forma análoga, nos relatos de Letícia e Aurora, o suporte oferecido pelo trabalho e pelo ambiente religioso foi apontado como um fator capaz de proporcionar alívio momentâneo e distanciamento das experiências de abuso. Outras participantes também relataram experiências similares, sendo que, em algumas situações, o campo religioso desempenhou um papel central no processo de ruptura do vínculo com o parceiro violento. As representações dos Ecomapas das participantes Letícia (Figura 3) e Aurora (Figura 4) ilustram essas redes de suporte e suas interações, tanto durante a vivência da relação abusiva, quanto após seu rompimento.

Figura 3. Ecomapa da participante Letícia.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4. Ecomapa da participante Aurora



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nessas representações dos Ecomapas durante a relação se observa como Letícia e Aurora tiveram o suporte familiar fragilizado ou rompido, também se percebe o distanciamento dos vínculos de amizades pessoais. Analogamente, a influência do parceiro teve papel nesses afastamentos e na aproximação de vínculos que estavam associados ao controle e rede do próprio parceiro. Nesse contexto, a esfera do trabalho e da religião se mostraram forte suporte e apoio para lidar com a vivência do abuso. A partir dessa compreensão, ao olhar para os vínculos pós relação, percebe-se o reestabelecimento das redes de suporte familiar e de amizades, onde também se vê que Letícia formou um novo vínculo de relacionamento. Assim, nota-se o fortalecimento, ampliação e importância das redes presentes na vivência das participantes.

Nos estudos de Pontes *et al.* (2021), as redes de apoio de natureza social, como familiares, amigos e vínculos íntimos, são consideradas redes informais. Essas redes podem funcionar como pilares de suporte para mulheres vítimas de violência, promovendo mobilização social que favorece o rompimento do vínculo com o parceiro abusivo ou a denúncia das agressões. Nesse contexto, os relatos da participante Adriana exemplificam a atuação dessas redes como fonte de suporte e mobilização frente à violência vivenciada.

Mas eu queria chegar em casa, queria chegar em terra firme e aí comecei já a pensar numa forma de me desvencilhar dele [...] então aí eu recorri a essas pessoas pra buscar ajuda e estratégia pra me separar dele. Porque eu percebi que não ia ser uma separação simples. [...] Então, me separei dele. Me separei dele, estava grávida acho que tinha uns três ou quatro meses (Adriana, 53 anos).

A vivência de Ana Clara, por sua vez, evidenciou o papel de suporte oferecido por profissionais de saúde e pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Esse suporte foi identificado nos levantamentos de rede de apoio, nos quais intervenções grupais e o

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

acolhimento foram apontados como estratégias para amparar a violência sofrida (Teixeira; Paiva, 2021). Ademais, a articulação e o encaminhamento para outros setores reforçam a necessidade de integralidade entre os serviços, bem como a importância do conhecimento e da capacitação dos profissionais dessas instituições para o enfrentamento da violência contra a mulher (Alcantara *et al.*, 2024).

[...] Ir no CAPS me ajuda muito, várias vezes que eu tô no grupo eu repito, eu falo o CAPS hoje é minha família, os usuários do CAPS um ajuda muito o outro assim e o pessoal sabe que eu tô num momento assim difícil [...] Eu vou numa terapeuta ocupacional que conheci no Hospital Dia, há mais de vinte anos atrás. Então, está dando suporte, vou uma vez por semana. A psiquiatra, além de fazer a parte psiquiátrica, ela faz a parte terapêutica também (Ana Clara, 47 anos).

Em contrapartida, redes de apoio compostas por vínculos frágeis podem representar riscos para mulheres vítimas de violência, impactando negativamente sua qualidade de vida e contribuindo para a manutenção da permanência em relações abusivas (Carneiro *et al.*, 2021). Nesse sentido, a participante Letícia relatou experiências de perda de suporte social, destacando que tais fragilidades foram provocadas pela influência direta do parceiro abusivo sobre sua rede de apoio.

[...] O que ele fazia, né? Era muito sutil. Então, assim, ele me afastou de todos os meus amigos. Ponto. A primeira coisa que ele fez. Então, ele trouxe, ele me tirou todo o meu círculo de amizades, que eu tinha, né? [...] Começou assim. Depois foi partindo pra violência verbal, a violência física, ele não chegou a me bater, né? Teve episódio dele pegar no meu pescoço, dele segurar forte no meu braço, questão de bater e espancar, não. Mas não deixei chegar a esse ponto também, porque eu reagi, eu falava, nem tenta, nem tenta (Letícia, 36 anos).

Para Gomes *et al.* (2022), condutas iniciais do parceiro voltadas ao controle e à imposição sobre os vínculos sociais da mulher constituem estratégias que visam afastá-la de suas redes de suporte e gerar dependência. Tais comportamentos podem não ser reconhecidos inicialmente como violência pela mulher, sendo interpretados como formas de cuidado. No entanto, configuram um mecanismo de controle do abusador, capaz de gerar sujeição emocional, financeira e de outras naturezas. Quando a mulher percebe a violência, frequentemente ocorre um movimento de postergação do rompimento do vínculo, devido à ambivalência gerada pela dependência: o parceiro que violenta também pode fornecer algum tipo de suporte. Nesse sentido, a participante Aurora relatou uma experiência análoga à apresentada por Letícia, evidenciando esse padrão de dinâmica abusiva.

Aí meu pai perguntou o que tava acontecendo e eu lembro que quando meu pai foi, eu não queria voltar pra casa. Porque eu não queria...Eu sei que tava ruim lá aquela agressão, mas também voltar pra casa da minha mãe e do meu pai não me atraía. Então eu falei, acho que é melhor eu ficar aqui, porque pelo menos aqui a tia também dá

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

tanta coisa boa. O meu pai era muito assim, se quiser vai ter que trabalhar e fazer as coisas (Aurora, 43 anos).

Além disso, observou-se ainda que, que redes de apoio imersas em valores patriarcais podem, inadvertidamente, reproduzir e naturalizar condutas abusivas nos relacionamentos. Nesses contextos, o sofrimento da mulher pode ser silenciado, dificultando o acesso ao apoio necessário. Adicionalmente, estratégias de coerção e chantagem por parte do parceiro podem ser percebidas como formas de manipular a rede de apoio, pressionando a mulher a manter-se na relação (Gomes *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2025).

[...] Tanto que quando eu finalmente consegui terminar o relacionamento, ele chorava para todo mundo. Os meus pais, na época, viraram a cara comigo. Porque eu terminei o relacionamento. Onde já se viu você fazer isso. Ele gosta tanto de você, você está maluca, olha o que você está fazendo. E na época, inclusive, eu até comecei a procurar casa para eu sair da casa dos meus pais, porque eu não aguentava essa pressão mais [...] (Letícia, 36 anos).

Em síntese, os relatos das participantes revelaram que as redes de apoio constituem elementos centrais na experiência de mulheres vítimas de violência, podendo atuar tanto como fatores protetivos quanto como elementos de risco. Quando sólidas, diversas e conscientes da violência de gênero, essas redes, incluindo familiares, amigos, profissionais de saúde, ambientes de trabalho e instituições religiosas, oferecem suporte emocional, orientação e instrumentos práticos que favorecem o rompimento do vínculo abusivo e promovem resiliência. Em contrapartida, redes fragilizadas, influenciadas pelo controle do parceiro ou imersas em valores patriarcais, podem silenciar o sofrimento da mulher, favorecer a dependência e dificultar a ruptura da relação violenta. Dessa forma, a presença, a qualidade e a conscientização dessas redes são cruciais na vulnerabilidade ou resiliência das mulheres frente à violência conjugal (Carneiro *et al.*, 2021; Gomes *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo, identificando as repercussões físicas, psicológicas e sociais, bem como os fatores de risco e proteção presentes em suas histórias pessoais e familiares. A análise qualitativa das narrativas evidenciou a complexidade do fenômeno, demonstrando que as experiências de violência se manifestam de forma multifacetada e interligada, ultrapassando o âmbito individual e alcançando dimensões sociais, culturais e transgeracionais.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Constatou-se que as violências vivenciadas não se limitam a agressões físicas, mas envolvem também aspectos psicológicos, morais, sexuais e patrimoniais, que se entrelaçam e contribuem para a perpetuação do sofrimento psíquico e da vulnerabilidade emocional. Observou-se ainda que, embora as participantes apresentassem autonomia financeira, o que difere de parte da literatura sobre o tema, isso não impediu a manutenção de vínculos abusivos, o que reforça a ideia de que a violência de gênero é sustentada por fatores simbólicos e afetivos, e não apenas econômicos.

A análise da transgeracionalidade da violência revelou a presença de padrões familiares marcados por agressões, tanto nas famílias de origem das participantes quanto nas de seus ex-parceiros. Esses achados corroboram a literatura que aponta para a reprodução de modelos relacionais violentos aprendidos ao longo da vida, embora também indiquem que essa reprodução não é determinista, podendo ser ressignificada a partir de processos de conscientização e apoio social. Além disso, o estudo evidenciou que o fenômeno da violência é atravessado por condicionantes sociais, culturais e institucionais, que reforçam desigualdades de gênero e dificultam o rompimento do ciclo violento.

Outro achado relevante diz respeito à rede de apoio, que se mostrou um elemento central na trajetória das participantes, podendo atuar tanto como fator de proteção quanto de risco. Redes sólidas e conscientes da violência de gênero favoreceram processos de enfrentamento e ressignificação, enquanto redes fragilizadas, marcadas por valores patriarcais, acabaram por reforçar o isolamento e a dependência emocional. Esse resultado ressalta a importância de fortalecer políticas públicas e ações intersetoriais voltadas ao acolhimento integral das mulheres, articulando saúde, segurança, assistência social e justiça.

Outro aspecto relevante a ser destacado é que todas as participantes se autodeclararam brancas. Essa homogeneidade na variável cor pode estar relacionada ao método de recrutamento adotado, bem como ao perfil social das mulheres que tiveram acesso e disponibilidade para participar da pesquisa. Contudo, é importante ressaltar que a violência de gênero atravessa diferentes grupos raciais e étnicos, e que mulheres negras e indígenas, em especial, enfrentam formas agravadas de violência devido à interseção entre gênero, raça e classe social. Nesse sentido, a composição da amostra indica um recorte específico da realidade e não esgota a compreensão do fenômeno em sua totalidade, apontando para a necessidade de estudos futuros que incluam maior diversidade étnico-racial e socioeconômica das participantes, explorando também as vivências de mulheres negras, indígenas e de outros grupos minoritários, que enfrentam sobreposições de vulnerabilidades.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

Reafirma-se, portanto, a necessidade de uma atuação profissional e institucional comprometida com a equidade de gênero, a desconstrução de padrões patriarcais e a promoção de práticas emancipatórias, capazes de contribuir para a reconstrução da subjetividade e da autonomia das mulheres em situação de violência.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, P. P. T. *et al.*. Cuidado integral às mulheres vítimas de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 29, n. 9, p. 1-12, set. 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024299.08992023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QrCh6D3w4hVmzBnb6DbcvKB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

BANDEIRA, L.. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, ago. 2009. DOI: 10.1590/S0102-69922009000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Zf8T3zdCxqNgpSsdzNCrB5m/?lang=pt>. Acesso em: 19. fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Lei Maria da Penha e Legislação Correlata. Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BURCKHART, T. R.. Gênero, dominação masculina e feminismo: por uma teoria feminista do direito. **Revista Direito em Debate**, [s.l.], v. 26, n. 47, p. 205–224, set. 2017. DOI: 10.21527/2176-6622.2017.47.205-224. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320026106_GENERO_DOMINACAO_MASCULINA_E_FEMINISMO_POR_UMA_TEORIA_FEMINISTA_DO_DIREITO. Acesso em: 01 nov. 2025.

BRUM, R. R. *et al.*. Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 15, n. 3, p. 1-28, dez. 2021. DOI: 10.34019/1982-1247.2021.v15.31206. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472021000300010. Acesso em: 18 out. 2025.

CANTARES, T. S.; GUZZO, R. S. L.. Violência contra mulheres: diretrizes políticas da psicologia para o exercício profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 42, p. 1-15, jul. 2022. DOI: 10.1590/1982-3703003236907. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/v8TC7jcqfx39gyyPPNs6mck/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CARNEIRO, J., B. *et al.*. Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, p. 1-9, mar. 2021. DOI:

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

10.37689/acta-ape/2021AO001555. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/JFBjNpZSCSHncNpMRqZ9SZJ/?lang=pt#:~:text=Conforme%20evidenciado%20nas%20falas%20das,romper%20com%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20abusiva>. Acesso em: 18 out. 2025.

COLOSSI, P. M.; FALCKE, D.; MARASCA, A. R.. De geração em geração: a violência conjugal e as experiências na família de origem. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p.493-502, dez. 2015. DOI: 10.15448/1980-8623.2015.4.20979. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psico/v46n4/10.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em programas de atenção à mulher em situação de violência**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-Violencia-Mulher.pdf>. Acesso: 19 fev. 2025.

COSTA, L. B. M. F.; ZIBENBERG, D.. O que é abusivo: uma revisão sobre relacionamentos abusivos. In: BATISTA, C. E. R.; KLAUSS, J.; FREITAS, P. G. (org.). **Psicologia e cultura: abordagens, reflexões e implicações da psicologia na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023. cap. 3. p. 29-45.

COSTA, R. B.. **Violência contra mulheres: um estudo exploratório sobre a transgeracionalidade**. 2024. 51 f. TCC. (Graduação em psicologia) – Centro Universitário de Brasília – CEUB, Brasília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ceub.br/jspui/handle/prefix/17642>. Acesso em: 01 nov. 2025.

DELMORO, I. C. L.; VILELA, S. C. Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [s.l.], v. 96, n. 38, p.1-10, maio 2022. DOI: 10.31011/read-2022-v.96-n.38-art.1273. Disponível em: <https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1273>. Acesso em: 01 nov. 2025.

GOMES, T. B.; VECCHIA, M. D. Genograma e ecomapa ampliado como instrumentos de pesquisa e intervenção psicossocial. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s.l.], v. 11, n. 28, p. 710–727, set. 2023. DOI: 10.33361/RPQ.2023.v.11.n.28.658. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/658>. Acesso em: 26 fev. 2025.

GOMES, P., N. *et al.*. Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal. **Cogitare Enfermagem**, Salvador, v. 27, p. 1-10, dez. 2022. DOI: 10.5380/ce.v27i0.78904. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/T7QLLxBtg7n4Lc6SnJYhsTP/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

KROEF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V.. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. DOI: 10.12957/epp.2020.52579. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200005.. Acesso em: 06 mar. 2025.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

LUCENA, K. D. T. *et al.*. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **J. Hum. Growth Dev.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146, ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.7322/jhgd.119238>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412822016000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 nov. 2025.

MAIA, P. J.; MAIA, P. I.; MATOS, F. R. N.. Violência doméstica, Lei Maria da Penha e os fatores que influenciam a denúncia. **New Trends in Qualitative Research**, Portugal, v. 19, p. 1-11, fev. 2023. DOI: 10.36367/ntqr.19.2023.e858. Disponível em: <https://www.publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/858>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MEDTLER, J.; CÚNICO, S. D.. Violência contra a mulher: onde começa e quando termina? **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 198-213, jul. 2022. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v26n1/v26n1a15.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

OLIVEIRA, A. J. M. *et al.*. Entre o medo e a esperança: fatores psicológicos, econômicos e sociais que contribuem para a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. **Revista Ibero-Americana de Humanidade, Ciências e Educação - REASE**, [s.l.], v.11, n. 4, p. 1-12, abr. 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i4.18805. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18805>. Acesso em: 18 out. 2025.

PEREIRA, L. S.; SOUSA, Q. C. D.. Dependência emocional e relacionamentos abusivos em mulheres: o papel do reforço intermitente na manutenção da dependência emocional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, São Paulo, v. 11, n. 10, p. 5533-5542, out. 2025. DOI: doi.org/10.51891/rease.v11i10.21392. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21392/13436#:~:text=Evidencia%2Dse%20que%2C%20a%20altern%C3%A2ncia,Intensiva%2C%20Docente%20da%20Faculdade%20Maui%C3%A1>. Acesso em: 01 nov. 2025.

PONTES, L., B. *et al.*. Redes de apoio à mulher em situação de violência durante a pandemia de Covid-19. **Revista Psicologia e Saúde**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 1-16, set. 2021. DOI:10.7440/res64.2018.03. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6098/609869746015/609869746015.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

RAMOS, D. G.; ROJAS, V. R.. A psicodinâmica da violência contra a mulher por seu parceiro íntimo. In: CALHEIROS, Maria Clara da Cunha; MESSA, Ana Flávia (coord.). CASTRO, Manuella de Santos de (org.). **Violência contra a mulher**. São Paulo: Almedina, 2023. cap. 2. p. 19-24. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279381/epubcfi/6/26\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcap-2.xhtml\]!/4/2/238/1:75\[nal%2Cmen\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279381/epubcfi/6/26[%3Bvnd.vst.idref%3Dcap-2.xhtml]!/4/2/238/1:75[nal%2Cmen]). Acesso em: 18 out. 2025.

RODRIGUES, A. S. O.. A transmissão geracional da violência na relação conjugal: generational transmission of violence in intimate relationships. **Real – Repositório Institucional**, Sete Lagoas, v. 3, n. 2, p. 1-11, nov. 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/celif/Downloads/6548-19830-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/celif/Downloads/6548-19830-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 01 nov. 2025.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

SANTOS, C., A. *et al.*. Redes de apoio social às mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. **Revista Brasileira de Enfermagem REBEn**, Rio de Janeiro, v. 75, p. 1-8, fev. 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0830pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/9sZhHXWpfVFcrYBPX6Bt7Gb/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

SOUSA, F.; SCHÜTZ, G.. Motivações para o rompimento do ciclo de violência em mulheres acolhidas na Sala Lilás do Instituto Médico Legal do Centro do Rio de Janeiro no contexto pandêmico de Covid-19. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 1-12, dez. 2023. DOI: 10.1590/2358-28982023E19097P. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Gvq5dDZjyKMk9PhW3KybKKG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025.

TEIXEIRA, J. M. S.; PAIVA, S. P.. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 1-21, jul. 2021. DOI: 10.1590/S0103-73312021310214. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2021.v31n2/e310214/>. Acesso em: 18 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. **Violência contra a mulher: perguntas frequentes**. Florianópolis: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/documents/3380888/0/FAQ_violencia_contra_a_mulher.pdf/5a1a2a09-763f-8ff0-3aa1-6a95eeef93e4. Acesso em: 18 out. 2025.

VASCONCELOS, N. M. *et al.*. Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo contra mulheres adultas no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, supl. 2, p. 1-15, dez. 2021. DOI: 10.1590/1980-549720210020.supl.2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/6hDYSM5rxrFDT9hS5yhr69p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

WENDT, N. C.; CREPALDI, M. A.. A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 302-310, out. 2008. DOI: 10.1590/S0102-79722008000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/HTp4WpTfcphN7vzbyfSpcGf/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2025.